

Governo terá "lista suja" sobre demissão política

Força-tarefa investigará publicações nas redes que incentivam empregadores a mandar embora funcionários por votarem para reeleger Lula. Dispensar por esse motivo é crime. "Posts" pregam, também, boicotes a produtos e a comércios supostamente petistas

» RAFAELA BOMFIM
» VICTOR CORREIA

Divulgação/MTE



Marinho salientou que a lista é para expor as empresas que constrangem seus funcionários e os pune pelas escolhas eleitorais que fizeram

O ministro Luiz Marinho, do Trabalho e Emprego anunciou, ontem, que o governo federal estuda a criação de uma "lista suja", com restrição de acesso a crédito, para as empresas que cometeram comprovadamente assédio eleitoral. Além disso, a pasta estará à frente de uma força-tarefa para investigar denúncias de ameaças de demissão e discriminação contra trabalhadores por posicionamento político e de assédio eleitoral.

Desde domingo, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conquistou a reeleição com mais de 64 milhões de votos (51,79%), vêm circulando nas redes sociais publicações que incentivam empresários a demitir funcionários que votaram no candidato do PT, a recusar a contratação de profissionais identificados com a esquerda e a boicotar estabelecimentos associados a eleitores petistas.

"A lista é para que a gente possa mostrar para a sociedade que tem empresas cometendo ilegalidades de eventual crime contra o trabalhador", disse Marinho. "Depois da eleição de domingo, chegaram ao Ministério do Trabalho e Emprego relatos de empresários demitindo funcionários por causa do voto. Quero ser muito claro: isso é ilegal, isso é crime", advertiu.

O ministro ressaltou que a liberdade de consciência e o sigilo do voto são garantias constitucionais e que nenhum trabalhador pode perder o emprego por sua escolha política. "Ninguém é obrigado a dizer em quem votou e ninguém pode perder o emprego por isso", enfatizou.

Segundo Marinho, os auditores fiscais do trabalho das 27 unidades da Federação deverão dar prioridade absoluta às denúncias relacionadas ao tema.

A força-tarefa reúne os ministérios do Trabalho e Emprego e da Justiça e Segurança Pública, a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e outros órgãos públicos. A atuação prevê a apuração das denúncias, a fiscalização das empresas e medidas para combater conteúdos digitais que incentivem a discriminação política nas relações de trabalho.

O secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ademar Borges, afirmou que a liberdade de escolha política precisa ser protegida pelo Estado. "Todas as formas de opressão e violência contra a liberdade do voto atentam grave e diretamente contra o princípio democrático e não serão toleradas pelo Estado brasileiro", advertiu.

De acordo com os dados apresentados pelo MPT, foram registradas 2.177 denúncias de assédio eleitoral em 2026. Mais de 530 chegaram após o resultado da eleição presidencial, em meio à circulação de mensagens e vídeos que incentivam a exclusão de eleitores petistas do mercado de trabalho.

Entre os conteúdos monitorados estão publicações que orientam empresários a dispensar funcionários por suas preferências políticas, além de manifestações que defendem a recusa de contratação de profissionais identificados com a esquerda. Também foram identificadas campanhas de boicote contra estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços associados a apoiadores de Lula.

O procurador do Trabalho Igor Sousa Gonçalves, coordenador nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), manifestou preocupação com tentativas de transformar divergências políticas em critérios para contratação, permanência ou demissão de trabalhadores.

Pelo procedimento anunciado pelo governo, denúncias consideradas consistentes poderão resultar na convocação da empresa para uma mesa-redonda de mediação. O sindicato da categoria será comunicado, e o trabalhador que apresentou a denúncia poderá participar da reunião. A apuração também envolverá as superintendências regionais do Trabalho e a Secretaria de Relações do Trabalho.

Proibição

A legislação brasileira proíbe o uso de convicções políticas como justificativa para discriminar trabalhadores. A Lei 9.029/95 veda práticas discriminatórias para admissão ou manutenção da relação de emprego.

Caso fique comprovado que a demissão foi por discriminação política, a Justiça do Trabalho poderá determinar a reintegração do empregado, com pagamento dos salários referentes ao período de afastamento. Se o trabalhador não quiser retornar ao cargo, poderá receber indenização correspondente ao dobro da remuneração desse período.

» Dez mortes desde a eleição

O governo federal contabilizou 45 casos de violência política desde o segundo turno das eleições presidenciais. Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, foram 10 mortes e os episódios envolveram, em sua maioria, apoiadores de Lula, agredidos em reação ao resultado eleitoral. São sete atropelamentos intencionais, 14 ocorrências de agressões físicas, espancamentos e esfaqueamentos, cinco casos de disparos de arma de fogo, cinco registros de violência contra povos indígenas e seis episódios de abuso de autoridade ou abuso policial.

EDUCAÇÃO

Expectativas, medos e táticas para o Enem

» GABRIELA SANTOS*

Arquivo pessoal



Julia fará o Enem como treineira, mas vai com estratégia definida

A 11 dias da primeira prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a rotina de milhares de estudantes se intensifica. Além do acúmulo de conteúdos, a reta final exige inteligência emocional, planejamento de tempo e estratégias bem definidas de resolução de prova. Professores especialistas das áreas de biologia, história, linguagens, matemática e redação, além de estudantes, compartilham expectativas, medos e táticas para o exame.

Segundo dados do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Enem tem 5.055.818 inscritos confirmados, alta de 5,08% em relação ao ano anterior. As provas serão aplicadas em 8 e 15 de novembro, e os candidatos podem consultar o local de prova na Página do Participante, com login na conta gov.br.

Para quem está na linha de frente, o Enem representa a chave para o futuro profissional, mas também um período de forte carga emocional. Ana Clara Virgulino Watanabe, de 17 anos, estudante do Centro de Ensino Médio CEM 01 de Planaltina (DF), não esconde a ansiedade.

"É um momento muito importante, porque a gente sente que está chegando a hora de decidir o nosso futuro", relata. Com o objetivo de cursar medicina, ela aponta que um dos maiores desafios é lidar com a pressão interna e externa, mas busca manter o pensamento positivo e confiar no aprendizado acumulado.

Mateus Moura de Sousa, de 18 anos e aluno da 3ª série no Colégio Ideal, realizou o Enem como treineiro em 2024 e 2025. Seu objetivo é cursar ciências contábeis na Universidade de Brasília (UnB) e se preparar para concursos públicos na capital. Sua estratégia é aplicar o método de resolução que vem testando há tempos nos simulados escolares.

Júlia Curado, de 16 anos, estudante do 2º ano do ensino médio no Centro de Ensino Médio Paulo Freire, fará o exame pela primeira vez como treineira. Ela tem uma estratégia de tempo traçada: "Colocando metas para resolver cada questão, como por exemplo: 27 questões resolvidas na primeira hora".

A professora Jeane dos Reis Martins, do Colégio Adventista de Planaltina, destaca que a memorização pura não é o caminho ideal para a prova de ciências da natureza. "O Enem exige, principalmente, que o estudante saiba aplicar os conceitos a situações-problema", explica.

O professor de língua portuguesa Guilherme Alves da Silva orienta que a leitura no dia da prova deve ser cirúrgica: leia primeiro o enunciado, depois as opções e, por fim, o texto. Em textos extensos, busque a finalidade no primeiro parágrafo. Para textos literários, o título e a referência bibliográfica são chaves de interpretação.

Para o professor Josué Sergio, a prova de matemática exige tanto estratégia quanto conhecimento. "Acertar um conjunto consistente de itens fáceis e médios costuma produzir um resultado mais favorável do que desperdiçar tempo tentando resolver poucas questões difíceis", explica.

A professora Fernanda Oliveira trabalha com redação no modelo do Enem e reforça a importância de estruturar o texto antes de escrever — reserve entre 1h e 1h20 para a redação, evitando deixá-la para o final da prova. Antes de rascunhar, defina a tese, selecione dois eixos argumentativos (causas ou consequências do problema), escolha os repertórios e planeje a proposta de intervenção.

Estagiária sob a supervisão de Ana Sá*

Checklist da reta final

Foque na consolidação: Não tente aprender conteúdos totalmente novos na última semana. Fortaleça o que você sabe e revise questões de edições anteriores.

Analise seus erros: Ao refazer simulados, investigue se os erros foram por falta de conceito, distração, cansaço ou leitura apressada do comando.

Descanse e prepare a mente: Nos dois ou três dias anteriores à prova, priorize o descanso. Pratique atividades físicas para ajudar a controlar a ansiedade e cuide do sono e da alimentação.

Mantenha a calma: Lembre-se de que o equilíbrio emocional é crucial para o desempenho. Como destaca o professor Josué, "ninguém precisa acertar tudo para alcançar uma excelente pontuação. Concentre-se em buscar consistência".